

Políticas Públicas de
Inclusão e
Permanência de Alunos
com Necessidades
Educativas Especiais
no Ensino Superior: a
experiência da Universidade do
Estado do Pará

Autores:

**Antônio Carlos Braga
Silva** - Mestre em
Planejamento em
Políticas Públicas

**Francisco Horacio da
Silva Frota** – Doutor
em Sociologia –
Universidade de
Salamanca

RESUMO

Este é um estudo sobre as políticas públicas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior, buscando compreender seus avanços e dificuldades, pois nos últimos anos a discussão sobre essa temática chegou ao ensino superior e gerou mudanças de paradigmas nas instituições de ensino superior. Inicialmente, relata a trajetória do ensino superior no Brasil, sua estrutura e a forma de acesso a ele. Mostra, também, o percurso histórico da Educação Especial, da segregação às tentativas atuais de inclusão de alunos especiais na rede regular de ensino. Apresenta os aspectos legais da inclusão. A legislação constitui uma ação política de acesso e democratização do ensino superior e deve estar em consonância com os princípios constitucionais na garantia dos direitos das pessoas com necessidades especiais. Porém, não é suficiente para assegurar esse acesso e, conseqüentemente, a permanência desses alunos na universidade. O objetivo geral da presente dissertação tem por escopo identificar as políticas públicas de inclusão e permanência de alunos com NEE's na UEPA. Para alcançar o objetivo proposto, foi adotada a pesquisa qualitativa por meio de entrevistas com discentes, docentes e técnicos da UEPA e, em seguida, realização de análise da visão dos discentes, docentes e técnicos envolvidos nesse processo. O resultado do estudo evidenciou que a UEPA, em sua experiência nesse processo, obteve grandes conquistas e, ainda, revela o que há a ser feito, conforme a visão dos sujeitos participantes desse processo.

Palavras-chaves: Políticas públicas de inclusão; Educação inclusiva; Pessoas com necessidades educacionais especiais

ABSTRACT

This is a study on public politics of inclusion of students with special educational needs in higher education, trying to understand its advances and difficulties, therefore, nowadays, this theme has been debated in higher education and has provoked changes of paradigms in higher superior institutions. Initially, it describes the trajectory of higher education in Brazil, its structure and the form of access. It also mentions historical journey of Special Education, from segregation to current attempts of inclusion of students with special educational needs in regular system of education. It presents the legal aspects of inclusion. The legislation constitutes a politics action of access and democratization of higher education and it must be in accord with constitutional principles in warranting rights of people with special needs. However, it is not enough to assure this access and the permanence of these students in the university. The main goal of this research is to identify public politics of inclusion and permanence of students with special educational needs at UEPA. To reach our goal, we applied a qualitative research using interviews with students, professors and technician from UEPA and, after that, the accomplishment of analysis of data according to student, professor and technician vision involved in this process was adopted. The result of this study evidenced the University of State of Pará, in its experience on this process, has gotten great conquests and, still, discloses what it must have to be done, according to the vision of participants in this process.

Keywords: Word-keys: Public politics of inclusion; Inclusive education; People with special educational needs.

INTRODUÇÃO

As universidades, pelo importante papel que exercem na transmissão e produção de saberes e conhecimentos, são constantemente evocadas pela sociedade para contribuir e acompanhar as mudanças da vida e das relações humanas, frutos da transformação de conceitos que regem nossa vida em sociedade. Isso requer das IES e profissionais do ensino superior constantes atualizações no intuito de acompanhar tanto os avanços de suas áreas de conhecimento, quanto das demandas sociais que surgem em virtude da busca pelo conhecimento. Todos querem tê-lo, participar da disputa por ele, isto é, todos querem usufruir do que a obtenção do conhecimento pode propiciar.

Estamos vivenciando um novo contexto social, no qual um novo paradigma se configura, resultante de uma nova mentalidade que passo a passo está ganhando vez por ser coerente com os anseios e desejos humanos por liberdade e igualdade. A educação não está alijada dessas mudanças paradigmáticas, visto que ela está inserida e age sobre o contexto social.

Essa nova concepção chama a atenção das universidades para atualizarem suas finalidades e funções, a fim de disponibilizar espaços de amplo acesso a todas as pessoas sem discriminação. As IES, como difusoras de conhecimento, devem estar sempre atentas demandas que surgem para apropriação desses saberes, os quais se modificam conforme as necessidades em cada tempo. À construção do conhecimento acadêmico, houve a agregação de outra dimensão, a qual considera o sujeito como ser participativo e ativo no processo de ensino-aprendizagem.

Discentes que apresentam limitações físicas oriundas de deficiências motoras ou sensoriais, requerem das instituições de ensino superior, assim como de seus profissionais, uma visão diferente cujo princípio seja a transmissão de conhecimentos a “todos”, mesmo que para atingir esse objetivo se considerem despreparadas e desafiadas, ou inclusive não creiam totalmente no sucesso desses alunos. Para isso, as políticas de inclusão tem papel primordial, visto que elas

possibilitam as IES mudarem seus conceitos e concepções por intermédio do convívio real com esses alunos, e assim ultrapassar as barreiras de incredulidade na capacidade intelectual de tais alunos.

A inclusão é capacidade de aceitação das diferenças e diversidades de cada pessoa, a fim de garantir acesso igual às oportunidades, principalmente no campo da educação. A inclusão vai além do acesso ao ensino superior pois envolve a permanência e o sucesso de ensino-aprendizagem.

As instituições de ensino de modo geral sempre tiveram como marca a exclusão de alguns e a inclusão de outros, porém, nas últimas décadas isso deixou de ser considerado natural para ser considerado um problema, ou melhor, um desafio, pois, ao longo da existência humana sempre houve classificação, que resultava na inclusão ou exclusão dos sujeitos.

A pesquisa analisou o contexto educacional no Brasil no que concerne às políticas públicas para inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior, cujo campo de investigação foi a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a fim de verificarmos se essas políticas de inclusão não estão sendo um processo que poderia ser caracterizado como “inclusão excludente”, no qual os discentes entram pela “porta de entrada” (pelo vestibular ou outro processo seletivo), contudo, uma vez lá dentro, pouco ou nada se tem para oferecer; ou, na realidade, encontramos uma instituição em condições de acolher diferentes culturas e identidades, assim como pessoas que diferem do modelo de “normalidade” que nos foi repassado social e historicamente.

O presente estudo aborda as políticas públicas e a experiência da Universidade do Estado do Pará na inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior.

A Constituição Federal garante o direito à educação das pessoas com necessidades educacionais especiais e todos os cidadãos. Essa garantia de uma educação com qualidade a todos exige uma nova postura da instituição educacional

não apenas no que se refere à aceitação, mas inclusive na valorização das diferenças, a fim de fortalecer a identidade individual e coletiva. A IES pesquisada tem procurado se preparar cada vez mais para enfrentar o desafio de ofertar uma educação inclusiva e, acima de tudo, de qualidade para seu corpo discente. Não perdendo de vista que cada estudante tem características próprias que os tornam únicos e especiais, no sentido pleno desta palavra. O maior desafio da UEPA, atualmente, é trabalhar com essas diversidades na tentativa de colocar em prática um novo conceito do processo de ensino-aprendizagem, o qual não apresente caráter de segregação, como foi durante muito tempo na história educacional de nosso país; mas, sim, apresente um caráter de inclusão para todos que nele, por direito, são sujeitos ativos e participativos.

1. O Ensino Superior no Brasil: breve percurso histórico

A primeira instituição de ensino superior a ser criada, no Brasil, com a denominação de Universidade surgiu em Manaus, capital do Amazonas, em 1909. Sua existência foi abreviada em consequência do fim da chamada “Era da prosperidade econômica” ocorrida na Região Amazônica com a exploração da borracha. Em 1912, no Paraná, ocorreu mais uma tentativa de criação de uma universidade, surge, então, outra universidade brasileira, porém, ela teve vida curta, durou apenas três anos.

Nas décadas de 50 e 60, aumentou consideravelmente o número de trabalhadores, entretanto, em sua maioria eles não estavam qualificados. Assim, adotou-se medidas para equivaler os cursos profissionalizantes a cursos secundários a fim de possibilitar a progressão no sistema educacional. Com isso, o ensino médio sofreu uma expansão e, em consequência, o aumento da demanda pelo ensino superior. Cunha (2000) ainda afirma que, para atender a essa nova demanda, o Governo Federal buscou fazê-la de três maneiras: 1) criação de faculdades ou universidades públicas onde não existiam ou onde só havia IES privadas; 2) gratuidade nos cursos das IES federais, apesar de a legislação prevê a

cobrança de taxas; 3) “federalização” das IES estaduais e privadas, reunidas em universidades custeadas e controladas pelo MEC.

Na década de 70, os cursos de pós-graduação tiveram um grande impulso em seu desenvolvimento, assim como se acentuaram as possibilidades de realização de cursos de pós-graduação no exterior, visando à capacitação avançada do corpo docente das IES brasileiras, principalmente, nas universidades federais.

Nas décadas de 80 e 90, o número de universidades particulares no Brasil cresceu como nunca antes na história de nosso país. Em contrapartida, na última década, o Governo Federal, assim como vários governos estaduais, tem buscado ampliar a oferta de ensino superior para além das capitais estaduais, a chamada interiorização do ensino superior.

Teixeira (2008) nos revela que, no início e durante muito tempo, as universidades tinham apenas a preocupação de transformar o aluno em um trabalhador capacitado e inseri-lo no mercado de trabalho, sem se preocupar com a pesquisa e pós-graduação, isto é, não tornar esse profissional um profissional pesquisador. Isso também era decorrente da não busca por uma melhor capacitação dos professores das IES. Contudo, essa perspectiva dos próprios professores, a busca tanto por parte dos docentes como das instituições para atualização de conhecimento, a fim de tornar-se pesquisador e produtor de conhecimentos.

2. Educação inclusiva no Brasil

Faz-se necessário tratarmos do uso da nomenclatura “pessoas com necessidades especiais ou pessoas com necessidades educacionais especiais”.

a palavra excepcionais, muito empregada no passado, foi substituída por expressões consideradas mais adequadas. Pessoas portadoras de deficiência que popularizou-se na década de 80, hoje vem sendo criticada e substituída por pessoas com necessidades especiais ou pessoas com necessidade educacionais especiais, ou ainda poderia ser específicas. (Stobäus et Mosquera 2004, p.18)

Um aluno com necessidades educacionais especiais, segundo Stobäus e Mosquera (2004), é aquele que apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade e ou nível de ensino. Percebemos, assim, que o conceito de necessidades educacionais especiais está relacionado à dificuldade de aprendizagem e aos recursos educacionais necessários a fim de atender ao aluno com essas necessidades, possibilitando seu aprendizado com sucesso.

No século XIX, foram criadas algumas instituições para atender aos indivíduos com necessidades especiais, que na época ainda eram denominados “deficientes”. O atendimento era voltado para cegos, surdos, “deficientes mentais” e “deficientes físicos”.

Segundo Mendes (2006), na década de 50, houve um aumento no número de instituições de ensino especial, principalmente, públicas. Nesse período, aconteceu a expansão de escolarização para as classes mais populares e a instituição de classes especiais para os alunos que apresentavam casos leves de deficiência mental.

Na década de 80, acontecem diversos movimentos pelo direito de todos à educação. O Governo Federal, em 1985, instituiu um comitê com o objetivo de planejar, fiscalizar e traçar políticas de ações para tratar as questões relacionadas aos portadores de deficiência. No ano seguinte, criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, grupos historicamente excluídos, dentre eles, as pessoas com necessidades especiais, ganham força visibilidade social.

3. O desafio da inclusão

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior, muitas vezes, torna-se uma questão complexa, pois é importante tomar cuidado para não termos apenas uma visão protecionista e paternalista a fim de justificar o direito de acesso desse grupo de pessoas a esse nível de ensino. Essa inclusão não pode se desvincular do contexto histórico da educação superior brasileira. Em nosso país, inicialmente o ensino superior era destinado somente à elite que apresentava condições financeiras para arcar com os custos dessa formação. Apesar da criação das primeiras universidades públicas e gratuitas, somente a elite, durante muito tempo, conseguia acesso ao ensino superior. A expansão do capitalismo industrial propiciou a ampliação de acesso do ensino superior a outras classes sociais como forma de qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Democratizar o acesso ao ensino superior não deve ser ato paternalista; mas sim um ato que respeite verdadeiramente as diferenças, não um ato que facilite condições de acesso a um grupo determinado de pessoas, pois somos conhecedores que, no Brasil, ainda não há vagas suficientes no ensino superior para todos que possuem nível de escolaridade para ingressar nele; mas oferecer condições de igualdade a todos para concorrem livremente a uma vaga nesse nível de ensino.

Segundo Macebo (2004, p. 19), na última década, no Brasil, ocorreu uma expressiva expansão do ensino superior, porém, a carência desse nível de ensino ainda não foi totalmente atendida, assim como a universalização e a democratização do ensino superior brasileiro estão em fase de desenvolvimento.

Pinto (2004), declara que a forma de seleção menos rígida e menos concorrida nas IES privadas tem sido um fator preponderante para que a maior parte das pessoas com necessidades especiais realize seus cursos de nível superior em instituições privadas, além, é claro, de pessoas da classe média e trabalhadores oriundos de escolas públicas, que em sua maioria não apresentam condições para

investirem cursos preparatórios para o exame vestibular a fim de ingressarem nas IES públicas, as quais são extremamente concorridas e, conseqüentemente, o acesso a elas é difícil.

Segundo Amaral (1998), pela visão sócioantropológica, para a qual a deficiência é apenas uma diferença, isto é, a deficiência não limita o sujeito, mas somente o diferencia de outras pessoas na maneira de realizar uma mesma atividade. Dessa forma, o sujeito pode direcionar sua pontencialidade e não ficar preso aos limites impostos pela deficiência que apresenta.

O processo de inclusão é, portanto, resultante da interação entre os fatores individuais e os referentes às peculiaridades do meio, que se manifestam em diferentes graus de acolhimento. Ou seja, a inclusão tem características dinâmicas resultantes da influência mútua de inúmeros fatores individuais e ambientais, facilitadores ou não da participação de pessoas com deficiência numa dimensão de inclusão/integração. (...) A presença de pessoas com deficiência na Universidade é, pois, um processo interativo, assegurado pelos direitos dessas pessoas à igualdade de oportunidades e à participação social (AMARAL, 1998, p.3)

4. Inclusão educacional, também inclusão social

A reflexão sobre inclusão educacional e inclusão social implica buscar o conceito de “inclusão” que, segundo Mantoan (1997), significa “estar com”. “viver com outro, em outras palavras significa sair da condição excludente em que se encontra, é cuidar uns dos outros, é envolver toda a comunidade na construção de uma nova realidade, de novos conceitos sociais e educacionais.

Inclusão significa convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completude de suas capacidades – como companheiros e como membros. (MANTOAN, 1997, p.137)

A inclusão de pessoas com necessidades especiais em todos os setores da sociedade, principalmente, na educação e no mercado de trabalho, é um processo que está ocorrendo mundialmente. No Brasil, não é diferente. Claro que ainda há muito para se fazer, mas podemos perceber um avanço no que concerne à inclusão. Na atualidade, há muito mais pessoas com necessidades especiais se destacando em diferentes áreas: no esporte, na literatura, na música, e tantas outras. Isso revela que sociedade começou a prestar atenção na existência dessas pessoas, e a se preocupar e se organizar para acolhê-las. Por outro lado, esse grupo de pessoas se mostra cada vez mais, reivindica espaço e direitos como cidadãos. Contudo, se todos os cidadãos têm seus direitos assegurados por dispositivos legais, seria realmente necessário a criação de legislação própria para a educação especial?

Segundo Ferreira (1993, p. 36)

A legislação de ensino “especial” apresenta uma contradição peculiar: de um lado está o convencimento de que a criação de legislação específica para pessoas deficientes pode resultar em aumento da segregação e estigmatização dos indivíduos; de outro lado está a crença de que a referência legal é um patamar mínimo para assegurar o atendimento de direitos básicos dos deficientes, inclusive na área de educação.

A educação inclusiva no Brasil é respaldada por diversos documentos legais, os quais constituem diferentes níveis de ação. Esses documentos são elementos de apoio importantes a fim de valorizar a diversidade.

Devemos ressaltar que a nomenclatura de pessoas com necessidades especiais é muito recente. Na maioria dos documentos é usado o termo “deficiente” ou “pessoa com deficiência”. Essa mudança de definição é resultado de reivindicação das próprias pessoas com necessidades especiais, que não se consideram deficientes ou portadores de deficiência.

A Lei nº 8.069, de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, foi um grande avanço para sociedade no que concerne a democracia de direito. Ela inclui crianças e adolescentes como cidadão na sociedade e não mais como meros membros que necessitem ser protegidos por ela. Para eles, a formação escolar passa a ser um direito e não uma concessão por parte do Estado.

A Declaração de Salamanca tem por finalidade “promover o objetivo da Educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais”.

A LDB de 1996 determina, no artigo 4º, inciso III, a inserção de estudantes com necessidades especiais na escola comum. A mesma lei em seu capítulo V, artigo 58, define a educação especial como “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”, isso ocorrendo desde a educação infantil. Esse capítulo ainda estabelece que haja, quando necessário, serviço de apoio especializado na escola regular, a fim de atender às peculiaridades desse educando, e quando não houver possibilidade de sua integração nas classes comuns, o educando receberá a educação em classes, escolas ou serviços especializados.

4. O Ensino Superior no Pará

O ensino superior no Pará teve seu início na segunda metade do século XIX, bastante similar à origem do ensino superior nos demais estados da federação, com a criação de escolas e faculdades isoladas cujo objetivo era formar mão-de-obra qualificada para atender um determinado mercado de trabalho.

Em 18 de maio de 1993, por intermédio da Lei Estadual nº 5.747, é criada oficialmente a Universidade do Estado do Pará – UEPA, com sede em Belém, autorizada a funcionar pelo Decreto Presidencial de 5 de abril de 1994. Surgia a

mais nova instituição de ensino superior de nosso Estado, na qual foram consolidadas as faculdades e cursos isolados.

A Universidade do Estado do Pará está inserida no contexto regional, mas com vista aos avanços do saber universal. Busca responder satisfatoriamente às necessidades e ultrapassar as barreiras impostas pela realidade local por meio da ciência, da tecnologia e da cultura, expandindo seu campo de ação para atender às demandas amazônicas.

Para ter acesso a um dos cursos de graduação da UEPA é necessário submeter-se a um de seus processos seletivos: PROSEL ou PRISE.

Processo Seletivo - PROSEL

O PROSEL, tradicional “vestibular”, é destinado somente a candidatos que concluíram ou que irão concluir a 3ª série do Ensino Médio até o período de matrícula da UEPA, para o ano letivo ao qual estão prestando o concurso. Acontece em três etapas consecutivas num único ano, e o candidato obrigatoriamente deverá realizar todas elas. O candidato que faltar a qualquer uma das etapas é automaticamente eliminado e terá que se submeter, no ano seguinte, a um novo Processo Seletivo.

Programa de Ingresso Seriado - PRISE

O PRISE foi implantado em 1997. A primeira turma, que ingressou na Universidade em 1999, concorreu a 30% das vagas oferecidas em cada curso. Hoje, os candidatos inscritos no PRISE concorrem a 50% das vagas de cada curso oferecido pela instituição. Esta modalidade de ingresso permite minimizar o impacto da passagem de Ensino Médio para o Ensino Superior, apoiando-se na integração dos dois níveis de ensino, ampliando assim o processo seletivo dos candidatos a calouros da UEPA.

Quanto aos candidatos com necessidades educacionais especiais, a UEPA, em conformidade com a Lei Estadual nº 6.988, de 2 de julho de 2007, que estabeleceu o direito de inscrição em concursos públicos a candidatos portadores de

deficiência ou necessidades especiais com isenção de pagamento da respectiva taxa de inscrição, oferece isenção de taxa de inscrição a esses candidatos que desejam participar em uma de suas modalidades de acesso, com a solicitação e apresentação de documento de identificação, correspondentes às devidas instituições as quais são ligados.

O atendimento aos candidatos com necessidades especiais ocorre desde o ato das inscrições, com atendimento individualizado realizado pela Assessoria Pedagógica da Diretoria de Acesso e Avaliação – DAA. Para a realização das provas do PROSEL e PRISE são executadas várias ações pela Assessoria Pedagógica da Diretoria de Acesso e Avaliação – DAA, para que esses candidatos tenham possibilidade de realizarem suas provas com êxito como: tradutores/interpretes de língua de sinais; ampliação de provas, provas em BRAILE, descrição de gráficos; preparação de computadores para utilização do SISTEMA DOSVOX (sistema criado para atender as necessidades de pessoas com deficiência visual no uso do computador).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como estratégia para realização da pesquisa, escolhemos o Estudo de Caso, pois este é um dos tipos de pesquisa qualitativa que vem conquistando crescente aceitação na área da educação. É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Segundo Trivinos (1987, p. 19), visa conhecer, no estudo de caso, o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade própria. Nossa pesquisa teve como objetivo principal identificar se a Universidade do Estado do Pará possui uma política de inclusão voltada para os alunos com necessidade educacionais especiais, permitindo o acesso e permanência com sucesso desses alunos no ensino superior.

Para a coleta de dados, foi feita uma pesquisa de campo com enfoque qualitativo, com caráter exploratório que deu aos entrevistados possibilidade de se posicionarem livre e espontaneamente sobre o que foi abordado na entrevista.

Fizemos escolha pela pesquisa qualitativa pela possibilidade que se tem de trabalhar com um leque de valores, significados, lembranças e motivações intrínsecas dos sujeitos participantes. A análise dos dados permite descrever e interpretar seu conteúdo tendo presente a particularidade de cada palavra dita ou escrita.

Devido à estrutura multi-campi da Universidade do Estado do Pará, assim como as dimensões continentais do Estado do Pará, decidimos, como local de pesquisa, pelos campi localizados na capital do Estado, Belém.

A seleção dos participantes foi realizada a partir do levantamento de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na Universidade do Estado do Pará, que ingressaram no período de 2007 a 2010, nos cursos oferecidos nos campi de Belém, capital do Estado do Pará. Assim como o de professores que já haviam exercido a docência com esses alunos, e dos assessores pedagógicos, especialistas em educação inclusiva, que acompanham os alunos e auxiliam os docentes no processo ensino-aprendizagem, a fim de propiciar a inclusão e permanência com sucesso desses discentes nos cursos escolhidos por eles.

Considerando-se o universo de apenas 4 alunos com necessidades educacionais especiais matriculados, no período selecionado, decidimos convidar todos para participar. Os alunos foram denominados de A1, A2, A3 e A4. Ainda, foram utilizados como critérios complementares: a) estar matriculado e cursando um dos cursos de graduação da UEPA; b) disponibilizar-se a participar, respondendo às questões da pesquisa.

Alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na UEPA no período de 2007 a 2010, na capital, selecionados para a entrevista

Nome	Curso	Déficit	Sexo	Semestre
A1	Licenciatura em Música	Visual (usa bengala)	Masculino	4º
A2	Licenciatura em Música	Visual (usa bengala)	Masculino	4º
A3	Terapia Ocupacional	Visual (usa bengala)	Feminino	6º
A4	Pedagogia	Auditivo (usa aparelho)	Feminino	4º

Fonte: Direção de Controle Acadêmico – DCA/UEPA

Com relação aos docentes, estabeleceu-se os seguintes critérios: a) ter interagido com os alunos, mesmo que por um semestre, durante a formação por meio da docência em uma das disciplinas do currículo do curso; e b) disponibilizar-se a participar, respondendo às questões da pesquisa. Foram convidados 3 professores, um de cada curso, denominados de P1, P2 e P3.

Abaixo, o quadro apresenta o perfil dos docentes participantes:

Docente	Curso	Formação	Tempo de docência na IES	Sexo
P1	Licenciatura em Música	Graduação: Lic. em Música Mestrado: Música	16 anos	F

P2	Terapia Ocupacional	Graduação: Terapia Ocupacional Mestrado: Educação	10 anos	F
P3	Pedagogia	Graduação: Pedagogia Especialização: Educação Inclusiva	22 anos	F

Fonte: DGP/UEPA

Quanto aos assessores pedagógico, especialistas em educação inclusiva, , estabeleceu-se os mesmos critérios que para os docentes: a) ter interagido com os alunos, mesmo que por um semestre, durante o curso, no auxílio e acompanhamento desses discentes e professores; e b) disponibilizar-se a participar, respondendo às questões da pesquisa. Foram convidados 3 assessores pedagógicos, denominados de T1, T2 e T3.

A seguir, o quadro apresenta o perfil dos assessores participantes:

Assessor	Formação	Tempo de exercício na IES	Sexo	Especilidade de atendimento
T1	Graduação: Pedagogia Especialização: Educação Inclusiva	09 anos	F	Braille e alunos com baixa visão
T2	Graduação: Pedagogia Especialização: Educação Inclusiva	02 anos	F	Intérprete de LIBRAS
T3	Graduação: Letras	06 meses	F	Braille e alunos

	Especialização: Educação Inclusiva			com baixa visão
--	---------------------------------------	--	--	-----------------

Fonte: CAOP/UEPA

As entrevistas, embora orientadas por um roteiro estruturado, permitiram aos participantes discorrerem sobre cada um dos itens sem que lhes fosse tolhida a liberdade de falar sobre outros aspectos implicados aos temas das questões propostas.

A análise dos dados coletados com os participantes da pesquisa foram analisados e interpretados, procurando-se observar a coerência das falas dos participantes e buscar conhecer o que “está por trás das palavras”, a fim de verificar o que significam para a pesquisa realizada. Nesse sentido, os dados são importantes por si mesmos porque proporcionam respostas às investigações, nesse sentido, dando subsídios aos objetivos do trabalho.

RESULTADOS DA PESQUISA

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em todos os níveis de ensino é dificultada por vários aspectos, dentre eles se destacam: deficiência concebida como doença; ver os PNEs como um problema que a escola não está preparada para enfrentar; a falta de capacitação que causa medo e insegurança aos professores; condições inadequadas de trabalho e falta de estrutura; centrar a deficiência ao invés do aluno. Segundo Teixeira (2008, p. 29), nosso sistema escolar supervaloriza o desenvolvimento cognitivo e a forte tendência de associar aparência física à competência, o que contribui para a exclusão e a discriminação.

De acordo com Michels (2006, p. 12), mudanças são necessárias para avançarmos no processo de inclusão como a reorganização escolar direcionada pelo flexibilização, alterações no currículo e na de avaliação. Além é claro da formação continuada dos docentes. As reformas no aspecto arquitetônico, com a devida

sinalização no ambiente escolar, são essenciais para a inclusão. Acima de tudo, para construção de uma verdadeira escola inclusiva, faz-se necessária a transformação da concepção de deficiência adotada pelos profissionais envolvidos nesse processo, o que, também, refletirá no sucesso ou fracasso do aluno.

A Universidade do Estado do Pará tem conquistado prestígio perante a comunidade. Nos últimos anos, com todas as ações adotadas por ela para permitir o acesso de alunos NEE's ao ensino superior, contribuiu para o aumento no número de candidatos com NEE's em seus processos seletivo.

O quadro a seguir mostra esse crescimento no período englobado pela pesquisa.

Número de candidatos com necessidades educacionais especiais que participaram dos Processos Seletivos (PROSEL e PRISE) nos anos de 2007 a 2010.

(Capital)

ENTRADA/ANO	PROCESSO	Nº DE CANDIDATOS	TOTAL
2007	PROSEL	08	21
	PRISE	13	
2008	PROSEL	23	36
	PRISE	13	
2009	PROSEL	31	42
	PRISE	11	
2010	PROSEL	28	40
	PRISE	12	

Fonte: DAA/UEPA

Apesar do aumento do número desses candidatos nos processos seletivos da UEPA, a quantidade de candidatos com NEE's que obtiveram aprovação ainda é reduzido se comparado com o total de candidatos.

Número de candidatos com necessidades educacionais especiais aprovados nos Processos Seletivos e matriculados na UEPA, nos anos de 2007 a 2010, destacando-se o curso, o processo seletivo e o tipo de deficiência.

Capital

ENTRADA/ANO	CURSO	PROCESSO	Nº DE CANDIDATOS	DEFICIÊNCIA
2007	Não houve candidatos com necessidades educacionais especiais aprovados na Capital			
2008	Terapia Ocupacional	PROSEL	01	Visual
2009	Licenciatura em Música	PROSEL	02	Visual
	Licenciatura em Letras – Português	PRISE	01	Visual
	Pedagogia	PRISE	01	Auditiva
2010	Não houve candidatos com necessidades educacionais especiais aprovados na Capital			

Na atualidade, vivenciamos um momento de inclusão, cuja diretriz é a valorização da vida de pessoas que sofrem os efeitos de deficiência permanente, em

que a deficiência começou a ser vista não apenas como algo característico da natureza da pessoa que a possui, mas como um estado que pode ocorrer com qualquer um. (AUDI e MANZINI, 2007, p. 53)

Três dos participantes (A1, A2 e A3) tiveram, por um determinado tempo, suas funções sensoriais “normais”. Em seguida, necessitaram aprender e reaprender a lidar com suas deficiências, e lutar para enfrentar a nova realidade que lhes surgia.

Antes do ingresso no ensino superior, todos estudaram em escolas públicas na educação básica, o que segundo eles foi uma experiência também dolorosa e difícil, pois não é fácil se deparar uma sociedade que não está preparada para lidar com a diferença, a falta de capacitação de forma geral da sociedade para acolher pessoas com necessidades especiais.

Os informantes ressaltaram, segundo sua opinião, o excelente atendimento que tiveram na UEPA, desde a fase de inscrição até a realização do processo seletivo. Frisaram que, na primeira vez, receberam todo o atendimento necessário como ampliação da prova para a fonte solicitada, local adequada para realização da prova. Contudo, não obtiveram êxito por não estarem preparados intelectualmente para as provas, pois, com o cumprimento do que foi solicitado por eles para adequação das provas, conseguiram realizá-las como os outros candidatos.

Segundo Mazzoni (2001, p. 16), incluir uma pessoa com necessidades especiais nas instituições de ensino regulares significa proporcionar para todos os discentes a aprendizagem de conviver com a diversidade, sem tentar anulá-la. Pois, não é possível apagar as diferenças. Sabemos que a inclusão imaginada e idealizada, ainda, não é a mesma que se observa na prática. Contudo, isso não é um problema insolúvel.

No entanto o indivíduo que possui qualquer tipo de deficiência necessita de serviços sociais que envolvem diversos setores da sociedade como: atendimento médico, pedagógico e social especializados, que farão com que haja uma reabilitação e integração plena destes indivíduos na sociedade.

Todavia, hoje em dia é muito ressaltado como seria dada a educação para um portador de necessidades especiais dentro da rede regular de ensino, sem mencionar que primeiramente, a instituição de ensino precisa se adequar as condições do educando, sendo que essas adequações não devem ocorrer somente na parte pedagógica da escola, mas também em relação aos seus aspectos estruturais, para que inicialmente esse indivíduo possa ter acessibilidade ao local, garantindo assim também a sua permanência. O grande desafio ainda é fazer com que essa inclusão seja efetiva e o aluno tenha o seu direito de aprendizagem atendido.

O processo de inclusão no ensino superior não termina com a aprovação desses candidatos no vestibular. Devemos lembrar que eles terão que permanecer por, pelo menos, quatro anos, no mínimo, até conseguirem a diplomação. Esse período inicia com a matrícula e a recepção dos calouros.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), *“aqueles que possuem necessidades especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de atender às suas necessidades”*. Isso dá início ao processo de inclusão no qual os as pessoas com necessidades especiais passam a ter direito ao ingresso às instituições de ensino normais.

A pesquisa revelou que, na visão dos discentes, apesar de todo esforço e boa vontade dos docentes, estes não foram preparados para lidar com alunos com deficiência, não que isso os torne incapazes de aprender; mas, necessitam, muitas vezes, de adaptações de material ou de metodologia.

A inclusão de alunos com necessidade especiais na rede de ensino ainda traz polêmica. Discutir esse tema com docentes que já estão há bastante tempo no exercício da função é desconstruir idéias, mexer com preconceito enraizados, além de expor inseguranças e medos. É, na verdade, tirar o professor do “lugar seguro”

e colocá-lo para buscar o que não está, ainda, construído, mas encontra-se em processo de construção. É um desafio no mais profundo significado da palavra.

Constatamos, em quase todas as falas, o reconhecimento da falta de qualificação para enfrentar essa nova realidade. Isso, segundo Mantoan (2001, p. 37), serve de subterfúgio para ser um obstáculo para o processo de aprendizagem de alunos NEE's. Na realidade, o não “estar preparado” é utilizado como justificativa, por alguns docentes, para não querer se trabalhar com esses alunos em sala de aula. Essas atitudes apenas refletem marcas da educação especial no Brasil, marcada por comportamentos sociais de negligência ou maus tratos, em certos momentos, e por filantropia e proteção em outros.

Muitos docentes no ensino superior devem se questionar sobre como esses alunos chegam à universidade? Será que os professores do ensino básico e médio estão preparados para ensinar crianças e adolescentes com necessidades especiais? Ou será que esses alunos apenas foram “passando de série em série” sem as devidas condições?

A inclusão no âmbito educacional implica reorganizar profundamente a instituição de ensino. Não basta apenas garantir a convivência em uma mesma sala de aula, em um mesmo espaço para evitarmos a exclusão, e assim acreditarmos que garantiremos um ensino de qualidade. É importante para efetivação desse processo a sensibilização e conscientização do corpo docente. Também, não podemos crer que basta capacitar o docente para que essa inclusão ocorra de fato.

A discussão sobre os PNEs não é se a integração social é uma proposta viável ou não, pois só a história dirá, mas sim qual o tipo de postura e atuação que os profissionais da educação especial e da educação em geral, deverão ter para possibilitar um leque maior de oportunidades afetivas e existenciais para esses alunos. (GLAT, 1998, p. 18)

O processo de inclusão exige adequações desde o cotidiano da sala de aula, da metodologia utilizada para transmitir conteúdos, além é claro da forma de avaliar como também no âmbito das relações entre colegas, docentes e técnicos.

O professor, no conjunto do sistema educacional, é peça fundamental. A preparação do docente não pode ser apenas limitada no método a ser utilizado com esse aluno, mas preparar o professor para contribuir na permanência com sucesso do aluno, e orientá-lo sobre sua expectativa quanto ao aluno NEE. O docente precisa exercer seu papel com competência, domínio de conteúdos, conhecimento de como se estrutura as relações entre o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem, seu trabalho não terá a eficácia esperada. É primordial que o professor tente conhecer o aluno, seus interesses, peculiaridades e, assim, motivá-lo a construir ativamente o saber, de forma intelectual autônoma, visão crítica e cooperativa. (MAZZOTA, 2001, p. 52)

Conhecer os diferentes tipos de necessidades especiais que os discentes venham a apresentar é essencial para a formação do professor, pois assim o docente poderá analisar melhor e modificar (quando necessário) os métodos pedagógicos usados em sala de aula, desde a metodologia para exposição da aula até a adequação de material para a aprendizagem do aluno.

A Universidade do Estado do Pará conta atualmente com técnicos especialistas, que fazem parte da Coordenação de Apoio e Orientação Acadêmica, no atendimento de deficientes visuais e intérpretes de língua brasileira de sinais – LIBRAS para atender aos alunos que hoje compõem seu quadro discente.

O processo de inclusão, na UEPA, inicia na inscrição ao processo seletivo, quando o candidato com necessidades especiais precisa de um atendimento diferenciado para realizar as provas com condições adequadas a cada um deles. Pois, conforme a Declaração de Salamanca (1994), “aqueles que possuem necessidades especiais devem ter acesso à escola normal, ...capaz de atender as suas necessidades.”.

A Universidade do Estado do Pará busca, por meio de seu corpo técnico, respeitar as diferenças, motivar o potencial de cada aluno, capacitar seu corpo docente e encontrar formas de retirar os obstáculos que possam impedir que aprendizagem desses alunos se realize, afinal, todos têm direito à educação.

Não podemos negar a importância da lei no processo de inclusão, contudo, ela deve andar lado a lado com outras medidas, como reformas educacionais, no intuito de estabelecer uma estrutura adequada para receber esses alunos e, dessa forma, efetivar a inclusão em atos.

O ingresso na universidade para pessoas com necessidades educacionais especiais significa enfrentar uma série de dificuldades para dar continuidade aos seus estudos. Além disso, é necessário uma política institucional que permita identificar suas necessidades educativas e preparar os docentes para atender a esses alunos. Para essa finalidade, o CAOP orienta os docentes quanto ao encaminhamento metodológico para propiciar, principalmente, aos alunos NEE's uma aprendizagem consistente para seu processo de formação como sujeito social e profissional.

O CAOP atende, ainda, os alunos no sentido de mediar a relação professor-aluno a fim de orientá-los nos procedimentos para terem bom desempenho acadêmico, visto que esses alunos necessitam de estratégias pedagógicas diferentes, possibilitando o acesso ao conhecimento intelectual e social, e desenvolvam habilidades pertinentes a sua área de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que, atualmente, não se deve questionar se a escola, em todos os seus níveis de ensino – da educação infantil ao ensino superior, deve ou não aceitar o ingresso de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, econômicas, religiosas, étnicas, etc., visto ser esse um direito garantido constitucionalmente. Contudo, as instituições de ensino, principalmente, no caso do presente estudo, as instituições de ensino superior, os docentes e os técnicos

precisam além de uma postura política de aceitação e compreensão das diferenças, de conhecimentos técnicos e métodos para trabalhar adequadamente com aquelas referentes às necessidades educacionais especiais oriundas de problemas e dificuldades de aprendizagem, de deficiências físicas, sensoriais, mentais, de altas habilidades, de condutas típicas ou outras. Além de procurar dar todas as condições de acessibilidade relacionadas à infra-estrutura.

Ainda, pode pairar uma dúvida se o mesmo sistema social e educacional que, ao longo da história, exclui os sujeitos que apresentam necessidades especiais e estavam relegados a instituições de educação especial, possa agora incluí-los no sistema dito “regular de ensino”, considerando o “incluir” como presença e plena participação de cada um de acordo com suas características e limitações.

As reformas na legislação não foram, ainda, suficientes para garantir total acessibilidade aos bens e serviços disponíveis na sociedade a todos os cidadãos. Mudam-se leis, códigos e símbolos, os contextos urbanos são reconstruídos e remodelados, porém os rótulos de inferioridade e incapacidade dados aos nomeados e tidos como “anormais” estão enraizados, o que nos leva a olhar para eles buscando aquilo que lhes falta para serem como “nós” – os “normais”. Legalmente, todos os cidadãos devem ter garantido seus acessos ao que a sociedade oferece e suas diferenças devem ser respeitadas e aceitas. Entretanto, enquanto não mudarem completamente as representações, símbolos, identidades e classificações que damos aos outros, as mudanças na lei podem, por si só, produzir uma “inclusão excludente”, todos são incluídos por força da lei; mas dentro são excluídos.

A implementação de políticas de inclusão deve estar pautada em estudos, análises, discussões e problematizações acerca *do que e porque* nos “incomoda” em relação ao que consideramos “fora da normalidade”. Analisar e problematizar os discursos e representações nos possibilita ver que os conceitos de normalidade instituídos pela sociedade foram inventados segundo contextos e momentos históricos específicos, os quais, portanto, podem ser reinventados e resignificados, conforme estabelecemos e instituímos outros saberes e verdades.

Um dos maiores desafios da educação tem sido o de colocar em prática o princípio da inclusão e, conseqüentemente, reconhecer a necessidade e o direito das pessoas com necessidades especiais serem aceitos nas instituições de ensino regulares. O obstáculo do ingresso e da permanência em uma instituição de ensino, seja de Educação Básica ou Superior, é o primeiro a ser enfrentado. Por isso, a IES possui papel fundamental nesse processo de inclusão e integração de estudantes com necessidades educacionais especiais a fim de que eles desenvolvam maior autonomia como discentes, mas, especialmente, como pessoas e cidadãos.

Baseados em nosso estudo, percebemos bem definidos os objetivos institucionais da Universidade do Estado do Pará relativos a uma prática educativa inclusiva que permeia sua história e suas políticas atuais, assim como percebemos que nela ocorre um processo de mudanças em andamento. Verificamos que, para desenvolver esse processo e balizada no entendimento de que a inclusão educacional faz parte da inclusão social, a UEPA assumiu o compromisso de trabalhar para que as desigualdades sociais não sejam replicadas. Suas ações no ensino, na pesquisa, na extensão revelam e comprovam sua visão de que a educação é um direito social e não somente um serviço a ser oferecido. Para exemplificar essa visão podemos citar:

- o ingresso de alunos com NEEs nos cursos oferecidos e o esforço de mantê-los nos cursos com sucesso;
- a instituição de uma turma de Graduação em LIBRAS.
- a oferta de programas e projetos que atendam às demandas sociais.

A UEPA, com essas ações e escolhas, deixa evidente seu entendimento concernente à importância de, primeiramente, remover as barreiras atitudinais, como de acesso ao conhecimento, à convivência com e entre os “diferentes”, e, em seguida, remover as barreiras de infra-estrutura.

Partimos do princípio que é fundamental e essencial ouvir os próprios alunos que apresentam necessidades educacionais especiais como forma de entender e aprender com eles o que de melhor pode ser realizado em termo de políticas públicas em uma IES para atendê-los. Assim como ouvir os profissionais envolvidos nesse processo de inclusão, a fim de conhecer o que pode e precisa ser feito para melhor capacitá-los para essa nova realidade vivenciada na IES.

As políticas públicas de ações afirmativas estabelecidas pelo governos sejam federal, estadual ou municipal tentam erradicar desigualdades sociais, econômicas, de gênero, dentre outras, assim como garantir a igualdade de tratamento e de oportunidade a todos.

Reconhecemos o esforço e empenho realizado pela UEPA no intuito de implementar sua política e suas ações afirmativas voltadas para a inclusão acadêmica e social, contribuindo para tornar realidade o que apregoam as políticas públicas em relação ao acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior.

A inclusão e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais ainda é um desafio para a universidade pública brasileira, e experiências como a da UEPA já demonstram que esse desafio começa a ser superado em nosso país.

Ressaltamos nossa afirmação anterior que somente os aparatos legais não garantem a inserção de alunos com NEEs nas universidades, pois eles precisam ser apoiados e amparados por políticas públicas de educação as quais contribuam para que o espaço da academia se torne realmente inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDI, E.M.M. e MANZINI, E.J. **Avaliação da acessibilidade em escolas de ensino fundamental**: descrição da metodologia para elaboração de protocolo. Arqtextos 081, Texto Especial 405, portal Vitruvius, 2007 Disponível em: <www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq000/esp405.asp>. Acessado em: 06 jan. 2010.

BRASIL, Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (organizadores). **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Ministério Público Federal: 2ª ed. rev. e atualiz. . Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 7853-89 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o concurso vestibular. Brasília, 1989.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n. 9394/96** de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação – PNE**. Ministério da Educação Brasília: Inep, de 05 de dezembro de 2001

CARVALHO, Caroline Nazaré da Silva, MORAES, Marcileide de Fátima Paes. **O processo de inclusão de crianças especiais**. TCC. Belém, Pará, UNAMA, 2002. 99 p.

ENGERS, Maria Emília Amaral. **A epistemologia da prática reflexiva e a teoria do tato**. In WERLE, Flávia Obino; CASTRO, Marta Luz Sisson de. **Educação comparada na perspectiva da globalização e autonomia**. São Leopoldo: Unisinos, 2000, 110p

FERREIRA, J.R. **A Nova LDB e as Necessidades Educativas Especiais**. Mimeo. São Paulo, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, R.; PLETSCHE M.D. **O papel da universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva**. Revista Benjamin Constant, Rio de Janeiro, a.10, n.29, p. 3-8, 2004.

MACEBO, Denise. **“Universidade para Todos”: a privatização em questão**. Campinas, São Paulo:Unicamp. 2004, 99 p.

MANTOAN, Maria T. E. **Ensino inclusivo - Educação de qualidade para todos**. Revista Integração, Brasília, n. 20, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, **Abrindo as Escolas às Diferenças** In MANTOAN, Maria Teresa Eglér MACHADO, Nilson J. et al. **Pensando e Fazendo Educação de Qualidade**. São Paulo: Ed. Moderna, 2001. (Série Escola e Democracia)

MASETTO, M. T. **Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente**. In: _____. (Org.). **Docência na Universidade**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1998. p. 9-26.

MAZZONI, Alberto Angel e TORRES, Elisabeth Fátima. **A percepção dos alunos com deficiência visual acerca das barreiras existentes no ambiente universitário e seu entorno**. Benjamin Constant, ano 11, Nº 30, p. 1017, 2001. Editada por Instituto Benjamin Constant / Ministério da Educação.

MAZZONI, Alberto Angel, TORRES, Elisabeth Fátima, ANDRADE, José Marcos Bastos. **Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior.** IN: Revista Act Scientiarum, Maringá, 2001.

MAZZOTA, Marcos José da Silva. **Fundamentos da educação especial.** São Paulo: Pioneira, 1982.

MITTLER, Peter. **Da exclusão à inclusão.** In: Peter Mittler. **Educação Inclusiva: contextos sociais;** trad. Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 23-37.

PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, sociedade civil e legitimidade democrática.** In: *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, no. 36, 2006: 85-104.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O acesso à educação Superior no Brasil.** In: *Educação e Sociedade*, v. 25, n. 88, Especial – outubro, 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZMSAN, Jacques. **O Financiamento das Instituições de Ensino Superior no Brasil.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/observatórios/educação – acessado em outubro de 2010.

STAINBACK, Willian e STAINBACK, Susan. Tradução: Magda França Lopes. **Inclusão. Um guia para educadores.** Editora Artmed. Porto Alegre, 1999.

STEINER, João E. **Diferenciação e Classificação das Instituições de Ensino Superior,** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: www.iea.usp.br/observatórios/educação – acessado em outubro de 2010.

STOBÄUS, Claus Dieter e MOSQUERA, Juan José Mouriño (Orgs.). **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva**. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.